

FOCO no Planalto

Notas sobre a semana de 03 a 07 de agosto, em Brasília.

RETOMADA DOS TRABALHOS NO CONGRESSO EM MEIO À RETA FINAL DAS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS, DEBATE SOBRE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO & REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso retoma os trabalhos nesta semana com ritmo reduzido devido ao período de convenções partidárias e às articulações para a formação das chapas eleitorais. A expectativa é de maior movimentação a partir da segunda semana de agosto (10 a 14), com esforços concentrados para a votação de projetos pendentes. Novo período de esforço concentrado está previsto para o início de setembro. Na Câmara, entre as pautas em negociação constam propostas como o aumento do limite de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI), a criminalização da misoginia, a regulação das grandes plataformas digitais e medidas para conter a alta dos combustíveis. O governo também pretende avançar em temas como a regulamentação dos minerais críticos e o debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1, em meio a disputas com a oposição sobre a regulação das big techs.

No cenário eleitoral, os partidos entram na reta final das convenções, que terminam em 5 de agosto, intensificando as negociações para a formação das chapas presidenciais e das alianças nacionais. Um dos principais focos é a definição do candidato a vice na chapa de Flávio Bolsonaro (PL), diante da estratégia da campanha de atrair um nome do Centrão, especialmente a senadora Tereza Cristina (PP-MS), vista como um perfil capaz de ampliar o diálogo com o agronegócio e setores de centro-direita.

No entanto, a tendência de neutralidade adotada por partidos do Centrão, como PP, União Brasil, Republicanos e Podemos, reduz o espaço para a formação de alianças tanto com candidatos da direita quanto da esquerda, impactando as estratégias das principais

campanhas na reta final das convenções. As legendas também correm para consolidar apoios antes do prazo final para o registro das candidaturas, em 15 de agosto, às 19h. A propaganda eleitoral terá início em 16 de agosto, marcando a abertura oficial da campanha nas ruas, na internet e nos demais meios autorizados pela legislação eleitoral.

Dentre os temas do debate político, a disputa sobre o controle e a execução das emendas também deve permanecer em alta na agenda eleitoral. O presidente Lula (PT) afirmou que pretende ampliar o protagonismo do Executivo na definição do Orçamento da União em um eventual quarto mandato, reacendendo o debate sobre a relação entre governo e Congresso e o papel dos parlamentares na distribuição dos recursos públicos. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF) acompanha o cumprimento das medidas voltadas ao aumento da transparência e da governança das emendas parlamentares, enquanto órgãos como a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) conduzem investigações e auditorias sobre possíveis irregularidades na indicação, execução e destinação desses recursos.

No campo fiscal, a implementação da Reforma Tributária sobre o consumo avança nesta segunda-feira (3) com flexibilizações para facilitar a adaptação das empresas ao novo modelo. Embora passe a ser exigido o destaque das alíquotas-teste do IBS e da CBS em alguns documentos fiscais eletrônicos, tais como NF-e e NFC-e, a obrigatoriedade para outros documentos foi adiada para os próximos meses, a exemplo da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), com início previsto para outubro. Além disso, a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) informaram que, nesta fase de transição, os documentos fiscais não serão rejeitados caso não contenham os novos campos de preenchimento.

Destaque da Semana

Quarta

- **TIC para gestão pública:** Entre os dias 5 e 6 ocorrerá o 53º Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública (SECOP). O evento [debaterá](#) o “Estado Inteligente: Governança de Dados e IA como Infraestrutura Estratégica de Governo” e contará com a participação de gestores federais, estaduais e municipais.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou, neste domingo (02), da convenção nacional do PT.

Nesta segunda (03), reuniu-se com seu Chefe de Gabinete Pessoal Substituto, **Oswaldo Malatesta**.

Pela tarde, teve reunião com secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, **Marcelo Weick**. Após, reuniu-se com o ministro da Saúde, **Alexandre Padilha**, Dr. **Devi Shetty** e Dra. **Ludhmila Hajjar**. Também teve reunião com a ministra da Casa Civil, **Miriam Belchior**.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (03), do quinto ciclo do evento **Eloos**, promovido em parceria entre a Itatiaia e a CNN Brasil, em Belo Horizonte (MG).

Casa Civil

Agenda do ministro – **Miriam Belchior** reuniu-se, nesta segunda (03), com o presidente **Lula** (PT).

AGU Advocacia-Geral da União

Evento – o órgão realizou na segunda (03), em parceria com o Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), o evento “Convenção de Nova Iorque e Lei Modelo da UNCITRAL em Debate” que tratam do reconhecimento e da execução de sentenças arbitrais estrangeiras em diferentes países e de referência para leis nacionais de arbitragem comercial.

MCom Ministério das Comunicações

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações	A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizará, na quinta (6), a 956ª Reunião do Conselho Diretor, cujo início está previsto para 15h, por meio de videoconferência e transmitida no canal da Anatel no YouTube. Dentre os itens da pauta, destacamos: (i) a proposta de revisão do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências (RUE), objeto do item 20 da Agenda Regulatória 2025-2026; (ii) a proposta de reavaliação das obrigações regulatórias do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), submetida a consulta pública no âmbito do item 30 da Agenda Regulatória; (iii) os recursos da Conexis Brasil Digital e da Client Co contra a aprovação da versão 3.0 do Manual Operacional do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (MOP-RQUAL); (iv) em sede de vista, a proposta de edital de licitação para uso de radiofrequências nas faixas de 850 MHz, 2,3 GHz, 2,5 GHz e 3,5 GHz; e (v) também em sede de vista, os pedidos de reconsideração apresentados por Telcomp, Abrint, Abramulti, Aprontec, InternetSul, RedeTelesul e Neo contra o acórdão que aprovou a revisão do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Agenda do ministro – Mário Elias estará na Índia nos dias 3 a 8 de agosto para realizar visitas institucionais a empresas indianas e participar da Reunião dos Ministros da Indústria e do Comércio dos BRICS. Agenda internacional ✓ Buenos Aires (Argentina) – Montevideu (Uruguai) - XXVIII Reunião Ordinária do Grupo de Relacionamento Externo.
MF Ministério da Fazenda	Agenda do ministro – Dario Durigan se reuniu, nesta segunda (03), com presidentes de Bancos e Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Após, teve reunião com Erminio Lucci, CEO da BGC Liquidez. Agenda internacional ✓ Nova York (EUA) – 5ª Reunião do Framework Convention da Organização das Nações Unidas (ONU)
BACEN Banco Central do Brasil	Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2026 aumentou para US\$ 76,8 bilhões de resultado positivo. Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano diminuiu para 5,03%. No caso do PIB 2026, os economistas do mercado financeiro mantiveram a estimativa de crescimento em 1,99%. Ainda, o mercado financeiro diminuiu a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, para 13,75%. A projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2026 permaneceu em R\$ 5,20.
CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica	O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) realizará, na quarta (5), a 269ª Sessão Ordinária de Julgamento do Tribunal, cujo início está previsto para 10h, por meio virtual e transmitida no site da autarquia e no canal do Cade no YouTube.
MPO Ministério do Planejamento e Orçamento	Agenda do ministro – Bruno Moretti participou, nesta segunda (3), de uma reunião institucional.

MRE

Ministério das Relações
Exteriores

Agenda do ministro – **Mauro Vieira** participa, nesta segunda-feira (3), de almoço de trabalho por ocasião do **51º Curso de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana**, reúne-se com o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Albert Ramdin, e oferece jantar em homenagem ao ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Francisco Pérez Mackenna.

Poder Legislativo

O Congresso Nacional retoma suas atividades com foco na realização de audiências públicas. Para agosto e setembro, estão previstas duas semanas de esforço concentrado (10 a 14 de agosto e 31 de agosto a 4 de setembro), períodos nos quais deverão ser deliberadas pautas de consenso. Entre as matérias que podem ser votadas estão o projeto que eleva o teto de [faturamento anual do microempreendedor individual \(MEI\)](#), o projeto que [criminaliza a misoginia](#) e o projeto que regula a [concorrência entre empresas de tecnologia](#) no país. Além disso, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso, até o final de agosto, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2027.

Comissões

TECNOLOGIA

Conselho de Comunicação
Social

Congresso | CCS | Segunda (03) | 9h30

Audiência Pública – o colegiado realizou encontro para [debater](#) sobre os impactos do Margo Legal da Inteligência Artificial (PL 2338/2023) na comunicação social. O debate contou com a presença de representantes da SCOM, do ITS Rio, da USP, do IBICT e do MinC.

Data Center

Senado | CCT | Terça (04) | 14h

Audiência Pública - A comissão [debaterá](#) a regulamentação dos data centers de inteligência artificial. Dentre as entidades que estarão representadas no debate estão: IDEC, Inesc, Ip.rec, LAPIN.

Política

Lula tem 46% e Flávio Bolsonaro 45% em cenário de 2º turno, mostra pesquisa BTG/Nexus. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) seguem tecnicamente empatados, na margem de erro, em um eventual 2º turno das eleições presidenciais de outubro, de acordo com pesquisa BTG/Nexus divulgada segunda-feira, 3. De acordo com o levantamento, Lula registra 46% das intenções de

voto, enquanto Flávio alcança 45%. Brancos, nulos ou nenhum dos candidatos somam 8%. Já os eleitores que afirmaram não saber em quem vão votar são 2%. Na pesquisa anterior, de 27 de julho, Lula aparecia com 47% contra 43% de Flávio Bolsonaro, também em empate técnico, no limite da margem de erro, que é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.

Críticas ao STF fortalecem a democracia e não fragilizam a instituição, diz Fachin. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, afirmou na segunda-feira (3) que uma crítica feita à Corte dentro dos limites republicanos "não fragiliza a instituição" e "fortalece a democracia". A fala ocorreu durante a sessão de abertura dos trabalhos do segundo semestre após o recesso de julho. O ministro destacou que a Corte é provocada a deliberar sobre grandes temas sociais, o que leva naturalmente a questionamentos. "É oportuno, também, reafirmar que a força institucional do STF não reside na ausência de crítica, mas na capacidade de conviver com ela sem perder a serenidade necessária ao exercício da função jurisdicional", disse. [Fonte:](#) G1 Notícias.

Economia

Dívida pública em alta vai exigir negociação de medidas logo após as eleições. O crescimento da dívida pública para o mesmo patamar da época da Covid-19 vai exigir a negociação de medidas ainda neste ano pelo próximo presidente eleito para entrarem em vigor nos primeiros três meses de 2027. A avaliação de economistas ouvidos pela Folha é que o salto de quase 11 pontos percentuais da dívida bruta durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva torna urgente a discussão das medidas robustas de ajuste nas contas públicas pelos candidatos que disputam o Palácio do Planalto. O diagnóstico dos especialistas é que o tema não terá influência direta na escolha do voto dos eleitores no pleito de outubro, mas será usado pela oposição para pressionar Lula. [Fonte:](#) Jornal de Brasília

Notas fiscais emitidas sem informar valor de CBS e IBS não serão rejeitadas. As notas fiscais que forem emitidas a partir de segunda-feira (3) sem informar os valores da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) não serão rejeitadas, informou sábado (1) a Receita Federal. Os dados sobre os novos tributos precisam ser informados nas notas fiscais para iniciar a fase de testes da reforma tributária, que começa segunda-feira. No entanto, nem todas as empresas estão preparadas para cumprir essa obrigação. Havia grande preocupação no setor privado quanto ao risco de, não sendo informados os valores do IBS e da CBS, a emissão de notas travar, o que poderia provocar efeitos em cadeia em toda a economia. [Fonte:](#) Valor Econômico

Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, nesta segunda-feira (3), o segundo semestre judiciário com uma pauta que reúne temas de repercussão jurídica. Entre os julgamentos de destaque nesta semana, o STF retoma, na quinta-feira (6), a análise da ADI 5.613, proposta pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), sobre a aplicação das regras constitucionais de participação de capital estrangeiro e controle societário às empresas jornalísticas digitais. O processo, que pode impactar o funcionamento dos veículos de comunicação na internet, volta ao plenário após pedido de vista e já conta com voto do relator, ministro Nunes Marques, pela rejeição da ação.

Já o Superior Tribunal de Justiça (STJ) também retoma os julgamentos do segundo semestre com temas de relevância. Entre eles, está a definição do prazo para solicitar indenizações relacionadas ao seguro

habitacional obrigatório do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em casos de problemas estruturais identificados em imóveis financiados (REsp 1.799.288 e 1.803.225). A discussão, de relatoria da ministra Isabel Gallotti, envolve o momento a partir do qual começa a contar o prazo para buscar a reparação. Além da pauta de julgamentos, o semestre do STJ será marcado pela posse da nova diretoria da Corte para o biênio 2026-2028 e pela expectativa de implementação do filtro de relevância dos recursos especiais, medida que depende da sanção presidencial do projeto aprovado pelo Congresso Nacional. [Fonte:](#) Consultor Jurídico.

Sessões de retorno das atividades do STF e do TSE serão novo capítulo na tensão entre as Cortes.

Esta segunda-feira, 3, será marcada por sessões de retorno das atividades do Judiciário no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A expectativa nas duas Cortes é que, passado o recesso de julho, os discursos dos presidentes amenizem a tensão provocada pela polêmica do vídeo criado por inteligência artificial com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pedindo apoio à candidatura do filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), à Presidência da República. No pedido de explicações à defesa de Bolsonaro, o ministro do STF Alexandre Moraes sugeriu que a exibição do vídeo na convenção do PL poderia resultar no retorno do ex-presidente à prisão, ou na inelegibilidade de Flávio, se for comprovado que o pai não avalizou o uso da imagem dele na peça. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.

Último Foco

UE coloca em vigor a 'AI Act' para regular a inteligência artificial; entenda as novas regras. A União Europeia reforçará a partir de domingo, 2, sua capacidade para regular a inteligência artificial com a entrada em vigor de novas disposições de sua lei pioneira sobre IA, a "AI Act". A legislação, aprovada há dois anos, concede à UE um dos marcos regulatórios mais avançados do mundo para a inteligência artificial. A norma proíbe determinadas práticas, como o uso da IA para enganar ou manipular as pessoas, ou para explorar vulnerabilidades relacionadas à idade ou a situações de deficiência. Também impõe restrições rigorosas ao uso de dados biométricos e tecnologias de reconhecimento facial nos modelos de IA. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

Marco da IA: governança expõe disputa sobre papel do Estado, mercado e Judiciário. A discussão sobre o Marco Legal da Inteligência Artificial (PL 2.338/2023) ganhou um novo eixo na segunda-feira (3), durante audiência pública do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional. Mais do que o debate sobre direitos autorais ou remuneração pelo uso de conteúdos no treinamento de modelos, os participantes concentraram atenções em uma questão institucional: quem exercerá a governança da inteligência artificial (IA) no país, quem estabelecerá as regras do setor e qual será o papel do Estado, do mercado, do Congresso e do Judiciário nessa construção. O projeto, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, já foi aprovado pelo Senado e aguarda evolução na Câmara. [Fonte:](#) TeleSintese

Governo avalia que lobby das big techs dificulta votação de PL dos mercados digitais antes das eleições. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia que a ofensiva das grandes empresas de tecnologia e o lobby dos Estados Unidos reduziram as chances de o projeto de lei que cria regras concorrenciais para plataformas digitais ser votado no Congresso Nacional antes das eleições, em outubro. Segundo integrantes da equipe econômica, embora a proposta seja considerada prioritária pela Fazenda e conte com apoio do ministro Dario Durigan, ela não está entre as prioridades políticas do presidente Lula neste momento, o que seria fundamental para o avanço do texto no curto prazo. O parecer apresentado em julho pelo relator, deputado Aliel Machado (PV-PR), incorporou ajustes negociados com a Fazenda e com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e, na visão de pessoas a par do debate ouvidas pela Folha, solucionou boa parte das dúvidas técnicas levantadas ao longo da tramitação. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

Reino Unido considera regulamentar IA caso salvaguardas voluntárias se mostrem insuficientes. O Reino Unido considera regulamentar modelos avançados de IA se o atual sistema voluntário de testes antes da implementação deixar de ser suficiente para proteger o público, disse à Reuters o ministro de IA, Kanishka Narayan. O Reino Unido tem favorecido uma abordagem mais leve para a regulamentação da IA, alinhando-se mais aos Estados Unidos do que à União Europeia, cuja Lei de IA entrou em vigor no domingo (2). O governo vê a IA como um motor de crescimento econômico e tem buscado posicionar o Reino Unido como um dos principais destinos mundiais para investimentos em IA. Na Europa, o país lidera em financiamento e número de startups de IA. [Fonte:](#) Valor Econômico.

Sem Redata, indústria de data centers parte para ICMS e Ex-tarifário. A Associação Brasileira de Data Centers (ABDC) afirmou que, diante da perda de efetividade do Projeto de Lei nº 278/2026 (Redata) após a caducidade da medida provisória que o originou, o setor passou a priorizar outras medidas para ampliar a competitividade do Brasil na atração de investimentos em infraestrutura digital. A principal estratégia é defender, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a redução do ICMS incidente sobre equipamentos importados para data centers, além de incentivar o uso do regime de Ex-tarifário, que permite a redução do imposto de importação para bens de capital e de tecnologia sem similar nacional. Segundo a entidade, o Redata perdeu atratividade devido à demora na tramitação legislativa e à proximidade da implementação da reforma tributária. A ABDC também avalia que o Brasil reúne condições favoráveis para captar investimentos internacionais em data centers, diante das restrições regulatórias e de infraestrutura observadas em mercados como Estados Unidos e Europa. A entidade destaca a disponibilidade de energia renovável como diferencial competitivo, especialmente para empreendimentos voltados ao treinamento de inteligência artificial. Paralelamente, defendeu o projeto de instalação de um data center da ByteDance, no Complexo do Pecém (CE), contestando críticas do Ministério Público Federal (MPF) sobre impactos ambientais e argumentando que os geradores a diesel previstos funcionam apenas em situações de contingência, enquanto o abastecimento principal será realizado por nova fonte de energia renovável. [Fonte:](#) Eixos.